**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

***Implantação do Sistema de Registro de Preços, pelo prazo de 12 meses, para eventual a*quisição de produto à base de POLIFOSFATOS para uso da CESAMA no tratamento de água para o consumo humano**.

**2. JUSTIFICATIVAS**

2.1 Aquisição de produto químico - Ortopolifosfato para reposição gradual do estoque conforme demanda, o item é utilizado pelo DEPA (Departamento de Produção de Água) no tratamento de água para o consumo humano.

2.2 O Sistema de Registro de Preços justifica-se, pois há a necessidade de contratações frequentes com a finalidade de manter o estoque e garantir a manutenção das atividades da Companhia, pois não é possível definir a exata quantidade a ser demandada para pedido único ou programado, visto que a necessidade é variável conforme épocas de maior ou menor incidência de consumo dos mesmos. Vide hipóteses legais previstas no art. 6º, inciso I e II, do Decreto Municipal nº 15857/23, combinado com art.  art. 73, do RILC

2.3Considerando a recomendação para o ETP em regulamento interno da Companhia, informo que a presente aquisição visa a reposição do estoque para atender a demanda da Companhia. Os materiais solicitados são bens comuns e atendem a sua finalidade e são adquiridos conforme especificações. O Estudo Técnico Preliminar será motivado pelo departamento responsável - DEPA, sobretudo em conjunto com o GEOP, caso surjam novas soluções no mercado que possam otimizar os trabalhos ou ainda apresentar um melhor custo benefício.

2.4 Esta contratação refere-se à aquisição de objeto de natureza comum, cujo padrão de desempenho e qualidade é objetivamente definido por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, enquadrando-se no art. 32, inciso IV da Lei Federal nº.13.303/16, a saber, a modalidade pregão

2.5 Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste Termo de Referência, entende-se que é conveniente a **vedação** de participação de empresas em “consórcio” neste certame.

**3. RECURSOS FINANCEIROS**

3.1 Os recursos financeiros necessários aos pagamentos do objeto desta licitação são oriundos da CESAMA.

**4.ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

**ITEM ÚNICO – ORTOPOLIFOSFATO**

* CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

O produto deverá ser fornecido em solução.

**Em solução (bombonasde 30Kg) o mesmo deve estar numa concentração entre 54% a 55% na base seca equivalendo a 16,498 kg de Ortopolifosfato na base seca.**

* CARACTERÍSTICAS QUÍMICAS

O produto deve ser à base de Fosfatos Condensados, anticorrosivo, desincrustante, fosfatizante, com propriedades para quelação de metais (na proporção de 1:1, ou seja, 1 mg do produto para cada 1 mg do metal divalente) em tratamento de água potável, tais como: Ferro, Manganês (para inibição de cor) e de Cálcio e Magnésio (para abrandamento), sendo que, para estes dois últimos, a proporção de dosagem é de 1:200 em relação à Dureza Total. O produto não deve ser tóxico, sendo, portanto, adequado ao consumo humano.

A composição básica do produto, em termos de percentagem limite em massa, pode ser resumida como se segue:

|  |  |
| --- | --- |
| **PARÂMETROS** | **ESPECIFICAÇÕES** |
| Aparência | Característica |
| Odor | Nenhum |
| Cor | Característica |
| Óxido de Fósforo (P2O5) | Mínimo 60% |
| Fosfatos Reativos (PO4) | Mínimo 25% |
| Fosfatos Condensados (PO4) | Mínimo 75% |
| Sódio (Na) | 22 a 25% |
| Arsênio | Menor que 5ppm |
| Metais Pesados | Máximo 10 ppm |
| Fluoretos | Máximo 20 ppm |
| pH – Faixa de atuação | 5 a 11 |
| Solubilidade | Na concentração de 10% e a 20°C é totalmente solúvel em água. |
| Estabilidade | Os fosfatos reativos do produto não ultrapassam a concentração de 23% durante vários dias. |
| Toxidade | Atóxico |
| Quelação | 1ppm do produto tem capacidade de quelar 1 ppm de Fé, Mn, Cu, Pb e 0,20 ppm de Ca/Mg (CaCo3). |
| Estabilização | 1ppm do produto tem a capacidade de manter em suspensão 1 ppm de Fe, Mn, Cu, Pb e 200 ppm de Ca, Mg (CaCo3). |

Além das características Físico-Químicas, deverão ser apresentados, no ato da entrega, os seguintes laudos:

* Radioatividade
* Contaminantes inorgânicos
* Atoxidade

Contemplando os seguintes testes:

DL-50 Oral

DL-50 Dermal

Teste de AMES

Teste de micronúcleo e estudo subcrônico via oral de 90 (noventa) dias.

.

* **CRITÉRIO PARA ACEITAÇÃO/REJEIÇÃO (NO ATO DO RECEBIMENTO e DO PRODUTO PELA CESAMA)**

O produto será aceito se, após e submeter às análises de laboratório, ficar comprovado que:

a) não acrescenta à água teores de metais superiores àqueles estabelecidos pela Portaria vigente do Ministério da Saúde, para a presença dos respectivos metais em água potável, quando dosado em até 10,0 mg/L;

b) apresenta a capacidade de Quelação - conforme técnica apresentada na **Parte I**;

c) apresenta a capacidade de clarificação, conforme técnica apresentada na **Parte II**;

d) apresenta estabilidade - conforme técnica apresentada na **Parte III**;

e) não se altera fisicamente, em qualquer tempo, sob condições normais de armazenamento;

f) numa solução a 25% do produto, e à temperatura ambiente, o material insolúvel não deve ultrapassar a 0,2% - conforme técnica apresentada na **Parte IV**;

g) o prazo de validade do produto deve ser de 06 (seis) meses, após a entrega do lote em questão, prazo esse no qual o produto teráa garantia do fornecedor;

h) para os produtos líquidos, não serão aceitas remessas com a concentração da solução inferior à informada na proposta.

**PARTE I - Técnica para determinação da capacidade de Quelação**

01) Em 900 mL de água fervente, colocar 4,9643 g de FeSO4.7H2O;

Adicionar 20 mL de HCl P.A. Completar para 1000 mL com água destilada-deionizada.

Concentração = 1000 mg/L de Fe+2

02) Pipetar 2 mL deste padrão estoque e diluir para 200 mL, transferindo-o em seguida para um erlenmeyer.

Concentração = 10 mg/L Fe+2

03) Preparar no momento do teste, uma solução a 0,1% (1000 mg/L) do polifosfato.

04) Adicionar 10 mL desta solução de polifosfato à solução de ferro do passo-2 e homogeneizar.

Concentração = 50 mg/L do polifosfato

05) Adicionar 1 mL da solução de hipoclorito de sódio a 2,4%.

Concentração = 120 mg/L de cloro

RESULTADO:

**A amostra deve permanecer por 06 (seis) horas, sem apresentar coloração.**

EXPRESSÃO DO RESULTADO:

**ATENDE** ou **NÃO ATENDE**

**PARTE II - Técnica para determinação da capacidade de Clarificação**

01) Transferir 2 mL do padrão de Fe+2 e diluir para 200 mL com água destilada-deionizada, num erlenmeyer.

Concentração = 10 mg/L de Fe+2

02) Adicionar 1 mL da solução de hipoclorito de sódio a 2,4% (a solução tornar-se-á marrom);

03) Preparar uma solução a 0,1% do polifosfato (1000 mg/L);

04) Adicionar 10 mL desta solução a solução do passo 02.

Concentração = 50 mg/L de polifosfato

RESULTADO:

**Após 2 horas, a amostra deverá apresentar cor inferior a 20 uH.**

EXPRESSÃO DO RESULTADO:

**ATENDE** ou **NÃO ATENDE**

**PARTE III - Técnica para determinação da estabilidade do polifosfato**

01) Utilizar uma solução estoque a 0,1% do polifosfato recentemente preparada;

02) Transferir 1,0 mL da solução-estoque do polifosfato para um balão volumétrico de 100 mL, completando o volume com água destilada-deionizada.

Concentração = 10 mg/L de polifosfato

03) Determinar o fósforo total e o ortofosfato;

04) Calcular a percentagem de ortofosfato encontrado em relação ao P-total obtendo X1

P-total ------------ 100%

PO4 ------------ X1

05) Após 24 horas, com a solução do passo-1, guardada em local escuro e à temperatura ambiente, repetir os passos 2 e 3;

06) Calcular novamente a percentagem de ortofosfato encontrado, em relação ao P-total, obtendo agora X2.

RESULTADO:

**A diferença X2 - X1, não deverá ser maior que 25%**

EXPRESSÃO DO RESULTADO:

ESTABILIDADE - **ATENDE** ou **NÃO ATENDE**

**PARTE IV - Técnica para determinação do Resíduo Insolúvel**

01) Pesar quantitativamente 100,0 gramas da amostra em um bequer;

02) Adicionar 400 mL de água destilada-deionizada, e agitar por 30 minutos;

03) Após este tempo, todo o material deverá, por determinação visual, estar dissolvido;

04) Filtrar através de papel de filtro qualitativo previamente tarado;

05) Lavar o resíduo com seis porções de 25 mL;

06) Secar o papel de filtro com o resíduo a 150o C por 01 (uma) hora.

RESULTADO:

**Cada 1 grama de resíduo corresponde a 1% de resíduo insolúvel.**

**O resíduo insolúvel não deverá ultrapassar a 0,2%.**

EXPRESSÃO DO RESULTADO:

RESÍDUO INSOLÚVEL – **ATENDE** ou **NÃO ATENDE**

**5.VALORES MÁXIMOS ACEITÁVEIS**

5.1A estimativa do valor do objeto da contratação foi realizada a partir dos seguintes critérios:

A média unitária foi composta pelos valores obtidos de forma combinada, conforme o artigo 23 do Manual de Planejamento das Contratações, parte integrante do RILC, com a Pesquisa Direta, Sítios Eletrônicos, Banco de Preços e Último Custo (contrato anterior conforme CT 0114/2022 - PE 080/2022 com vigência até 26/01/2025) devidamente corrigido pelo IPCA acumulado no período. Os fornecedores da pesquisa direta foram escolhidos por serem conhecidos no ramo de comercialização dos itens desta solicitação e, aqueles que retornaram à solicitação, constam na planilha.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| |  | | --- | | **RC 122758 – DESU** | | | | | | | |
| **ITEM** | **CÓDIGO** | **Descrição do material** | **UNID** | **Quant.** | **Média** | **Total** |
| **1** | **003.090.0001-7** | **ORTOPOLIFOSFATO (QUELLAN) (INB-CORR) (EMB.16,498KG SECO)** | BOM | 3000 | **R$ 461,01** | **R$ 1.383.030,00** |
| **TOTAL:** | | | | | | **R$ 1.383.030,00** |

**6. ENTREGA E FORMA DE FORNECIMENTO**

6.1 A entrega será realizada de acordo com as necessidades da CESAMA, no prazo máximo de 20 **(vinte) dias** contados a partir do recebimento da solicitação, feita através da Ordem de Compra ou outro instrumento contratual.

6.2 Os materiais deverão ser entregues:

 ETA CASTELO BRANCO / JOÃO PENIDO (Estrada da Remonta s/n – Remonta);

ETA CDI (Av. Simão Firjan, n° 1.761 – Distrito Indústria. Referência: em frente ao Destacamento Policial);

 ETA São Pedro (Rua Major Lino Lima s/n – São Pedro

Em dias úteis, das 08:00h às 11:30h e de 14:00h às 17:00h.

6.3 Os materiais deverão ser entregues devidamente embalados, lacrados, acondicionados e transportados com segurança e sob a responsabilidade da fornecedora. A CESAMA recusará os materiais que forem entregues em desconformidade com esta previsão.

6.4 Durante os serviços de transporte e descarga a fornecedora fica obrigada, junto aos seus empregados, a obedecer rigorosamente às normas de segurança do trabalho, sob pena de impedimento do trabalho do empregado sem os equipamentos devidos e suspensão dos pagamentos (e até mesmo suspensão de todo o trabalho), respondendo o mesmo por perdas e danos. Toda e qualquer solução sob normas de segurança do trabalho (de acordo com Ministério do Trabalho e Emprego) será de responsabilidade exclusiva da detentora da Ata de Registro de Preços.

6.5 O veículo utilizado para entrega dos **materiais** conforme **item 6.2** deste TR deverá ter no máximo 14 metros de comprimento, de para-choque a para-choque, e altura máxima de 4 metros.

6.6 A CESAMA irá designar um empregado para acompanhar o recebimento dos materiais.

6.7 O empregado designado assinará termo ratificando o recebimento provisório, podendo recusar os materiais que estiverem em desacordo com a exigência do Termo de Referência no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar de sua entrega no local informado no **item 6.2**.

6.8. Os materiais serão devolvidos / recusados na hipótese de não corresponderem às especificações deste Termo de Referência, devendo ser recolhidos das dependências da CESAMA para substituição, à custa da fornecedora, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

6.9 A substituição de que trata o **item 6.8** deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do recolhimento dos materiais na CESAMA, sujeitando-se a fornecedora, na inobservância, às penalidades previstas no Termo de Referência.

6.10 A recusa total ou parcial dos materiais entregues, por motivos justificados no recebimento, não será razão para prorrogação do prazo da entrega, previamente consignado na Ordem de Compra, ou outro instrumento contratual.

6.11 Verificando-se, novamente, a desconformidade do material entregue com o exigido no Termo de Referência, ficará demonstrada a incapacidade da empresa fornecedora, sujeitando-se, a mesma, as penalidades previstas neste Termo de Referência.

6.12 Os seguintes documentos deverão ser apresentados a cada entrega do produto:

Nota Fiscal de Venda.

Laudo de análise contemplando os parâmetros de especificação, conforme especificações do produto descritas no item.

FISPQ – Ficha de Informação sobre Segurança de Produtos Químicos, exigência contida no Artigo 8º do Decreto Federal nº 2.657/98 (modelo NBR 14.725) e da exigência da Fiscalização do Ministério do Trabalho;

Laudo Técnico (LARS - Laudo de Atendimento aos Requisitos de Saúde) em atendimento a NBR 15784.

Conforme a Lei nº. 12.305/2010, de 02/05/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e ainda segundo o Decreto nº. 7.404/2010, de 23/12/2010, que regulamentou esta lei, fica estabelecido, dentre outras coisas, o sistema de logística reversa, que é o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado pelo conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada. Assim, fica a empresa detentora do menor preço registrado na Ata obrigada a acondicionar adequadamente e de forma diferenciada as embalagens, barricas e/ou sacos plásticos gerados e a destinar adequadamente estes resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução.

Tal destinação deverá ser comprovada através de documento próprio, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, sempre que as embalagens e/ou sacos plásticos forem recolhidos das dependências da CESAMA.

As Bombonas deverão ser recolhidas no mesmo local em que foram entregues

O boletim de análises contendo os parâmetros e especificações atualizado deverá ser encaminhado a cada carga solicitada, devidamente assinado e com ART do respectivo conselho, que deverá ser apresentado em cada entrega

**7. CONDIÇÕES GERAIS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

7.1. A Ata de Registro de Preços e suas contratações obedecerão às disposições da Lei Federal nº 13.303 de 30/06/2016 e alterações posteriores, bem como as disposições do edital e preceitos do direito privado, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão.

7.2 São partes integrantes da Ata de Registro de Preços e de suas contratações, independente de transcrição, o Aviso de Licitação, o Edital e seus anexos, o Termo de Referência e a proposta do licitante vencedor e seus anexos.

7.3. O licitante vencedor deverá estar quite com a CESAMA, quando sediado ou domiciliado no município de Juiz de Fora/MG.

7.4. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões no Contrato estabelecidos no art. 81, §1º da Lei Federal nº 13.303/16.

7.4.1. Conforme o art. 105, inciso X, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama, toda prorrogação de prazo será justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente da CESAMA para celebrar o Contrato.

7.4.2. Sempre que for necessário acrescer ou reduzir os valores e/ou prazos contratuais, as modificações procedidas deverão fazer parte de aditamento a ser assinado pelas partes. Eventuais acréscimos nas quantidades do objeto da contratação, quando necessário, poderão ser admitidos desde que autorizados pela CESAMA, com base nos preços unitários contratados.

**8. INEXECUÇÃO E RESCISÃO DA ATA E DAS SUAS CONTRATAÇÕES**

8.1 No que se refere à inexecução e a rescisão da ata e de suas contratações, aplica-se o disposto no Manual de Convênios e de Gestão e Fiscalização de Contratos, parte integrante do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama (RILC).

8.2 A inexecução total ou parcial da ata e de suas contratações poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis.

8.3 Constituem motivo para rescisão da ata e de suas contratações os especificados no Manual de Convênios e de Gestão e Fiscalização de Contratos, parte integrante do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama (RILC).

8.4 A rescisão poderá ser:

I. por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;

II. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Cesama;

III. judicial, nos termos da legislação.

8.5 A rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I do item acima, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada a outra parte com antecedência mínima de **45 (quarenta e cinco) dias**.

8.6 Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido regularmente comprovados, e no caso da Contratada poderá ter ainda direito a:

I. devolução da garantia, quando houver;

II. pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III. pagamento do custo da desmobilização, quando houver.

**9.ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de **12 (doze) meses** contado a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial Eletrônico do Município.

9.1.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso de acordo com o art. 79 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama (RILC), por acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo, observada a oportunidade e vantajosidade.

9.1.2 Prorrogada a Ata de Registro de Preços conforme disposto no art. 79 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama (RILC), através da assinatura de Termo Aditivo à ata, os quantitativos também serão renovados **até o limite originalmente registrado**.

9.2 Poderá aderir a Ata de Registro de Preços qualquer outra estatal regida pela Lei 13.303/2016desde que devidamente comprovada a vantagem em sua utilização por meio da realização de pesquisa de mercado.

9.2.1 O fornecedor beneficiário não está obrigado a aceitar o fornecimento decorrente da adesão pela empresa aderente.

9.2.2 Compete a estatal aderente

a) aceitar todas as condições fixadas na Ata de Registro de Preços;

b) realizar os pagamentos relativos às suas contratações;

c) os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas;

9.3 As Estatais do município de Juiz de Fora/MG, não poderão aderir à Ata de Registro de Preços para suprir demandas conhecidas anteriormente à publicação do edital que originou o registro de preços, salvo com a devida justificativa aprovada pela autoridade competente.

9.4O quantitativo total das contratações pelas empresas aderentes àAta de Registro de Preços não deverá ultrapassar os limites fixados no art. 84, §§ 5º e 6º do RILC.

**10 PAGAMENTOS**

10.1 A CESAMA efetuará os pagamentos 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais juntamente com a apresentação e aceitação da Nota Fiscal / Fatura pelo departamento competente.

10.2 Caso o vencimento ocorra no sábado, domingo, feriado ou ponto facultativo para a Cesama, o pagamento será realizado no primeiro dia subsequente.

10.3 O pagamento será efetuado através de depósito em conta bancária ou via **TED** (transferência eletrônica disponível), cujas tarifas extras correrão por conta da Contratada.

10.4 A Nota Fiscal Eletrônica – NF-e – deverá ser enviada para o e-mail [nfe@cesama.com.br](mailto:nfe@cesama.com.br) e compras@cesama.com.br

10.5 O pagamento só poderá ser realizado em nome do fornecedor e os boletos não poderão, em hipótese nenhuma, ser pagos em nome de outro beneficiário.

10.6 Deverá constar na descrição da Nota Fiscal / Fatura o número da licitação e ou número da Ordem de Compra ou outro instrumento contratual encaminhado pela CESAMA.

10.7 O pagamento **SOMENTE** será efetuado:

1. Após a aceitação da Nota Fiscal / Fatura.
2. Após o recolhimento pela contratada de quaisquer multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplemento contratual.

10.8 Na Nota Fiscal / Fatura deverão ser anexadas as certidões atualizadas de regularidade junto ao INSS, ao FGTS e à Justiça do Trabalho.

10.9 Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

10.10 O CNPJ da Contratada constante da Nota Fiscal / Fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo.

10.11Será utilizado o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo como índice para reajuste de preços do contrato, quando couber, e o marco inicial para concessão do reajuste será a data da apresentação da proposta comercial.

10.12 Na hipótese de ocorrer atraso no pagamento da Nota Fiscal / Fatura por responsabilidade da CESAMA, esta se compromete a aplicar, conforme legislação em vigor, juros de mora sobre o valor devido “*pro rata”* entre a data do vencimento e o efetivo pagamento.

10.13 A Contratada não poderá ceder ou dar em garantia, em qualquer hipótese, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos da contratação.

10.14 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

10.15 A antecipação de pagamento só poderá ocorrer caso o objeto tenha sido executado.

10.16 A Cesama poderá realizar o pagamento antes do prazo definido no **item 10.1**, através de solicitação expressa do fornecedor, que será analisada pela Gerência Financeira e Comercial, de acordo com as condições financeiras da Cesama. Havendo a antecipação do pagamento, o mesmo sofrerá um desconto financeiro, e o índice a ser utilizado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acrescido de 1% (um por cento) “*pro rata*”.

**11. OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA**

11.1 Executar o objeto contratado, conforme definido no Termo de Referência e seus anexos.

11.2 Arcar com todos os custos e encargos resultantes da execução do objeto, inclusive impostos, taxas, emolumentos incidentes sobre a eventual contratação, e tudo que for necessário para a sua fiel execução.

11.3 Atender às determinações da fiscalização da CESAMA e providenciar a imediata correção, quando esta for solicitada.

11.4 Responsabilizar-se pela qualidade do objeto, substituindo aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem ao Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão da Ata de Registro de Preços e suas contratações.

11.5 Cumprir os prazos previstos no Termo de Referência ou outros que venham a ser fixados pela CESAMA.

11.6 Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução da Ata, durante toda a sua vigência, a pedido da CESAMA.

11.7 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução da Ata de Registro de Preços e suas contratações.

11.8 Providenciar a correção das deficiências apontadas pela CESAMA com respeito à execução da Ata de Registro de Preços e suas contratações.

11.9Executar o objeto do presente Termo de Referência nas condições e prazos estabelecidos, seguindo ordens e orientações da CESAMA.

**12. OBRIGAÇÕES DA CESAMA**

12.1 Emitir o pedido através de Ordem de Compra, ou outro instrumento contratual.

12.2Efetuar todos os pagamentos devidos à Contratada, nas condições estabelecidas.

12.3Fornecer as instruções necessárias à execução e as condições estabelecidas.

13.4 Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços e suas contratações, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

12.5 Rejeitar todo e qualquer material ou serviço de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Termo de Referência.

12.6 Exigir o cumprimento de todos os itens deste Termo de Referência, segundo suas especificações e prazos.

12.7 A CESAMA não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela  
empresa Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da  
Ata de Registro de Preços e suas contratações, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da empresa Contratada e de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.8 Notificar a empresa Contratada de qualquer irregularidade constatada, por  
escrito, para que seja sanada sob pena de incorrer nas sanções previstas  
neste Termo de Referência.

12.9 Todas as requisições e notificações trocadas entre as partes devem ser feitas por escrito devidamente assinadas e protocoladas.

**13. JULGAMENTO**

13.1 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO**, representado pelo **MENOR PREÇO UNITÁRIO REGISTRADO POR ITEM**, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

**14. PENALIDADES**

14.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas no edital e seus anexos, inclusive no instrumento contratual, a Contratada ficará sujeita às penalidades previstas no RILC - Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CESAMA, além das previstas neste termo de referência, no edital e no contrato.

14.1.1 O atraso injustificado na prestação dos serviços sujeita a CONTRATADA ao pagamento de multa de mora 0,5 (zero vírgula cinco por cento), para cada dia de atraso, até o limite de 30% (trinta por cento), sobre o valor global da contratação.

14.2. Pela inexecução, total ou parcial do instrumento contratual, a CESAMA poderá aplicar à CONTRATADA isoladamente ou cumulativamente:

a) advertência;

b) multa meramente moratória, como previsto no **item 14.1.1** ou multa-penalidade de até 3% (três por cento) sobre o valor da Contratação;

c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CESAMA, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

**15. EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO**

15.1 Para proposta:

Na proposta, deverá ser apresentado, também, o Comprovante de Baixo Risco a Saúde – CBRS, pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme Modelo de Documento. Em atendimento aos critérios nacionalmente estabelecidos para atendimento do inciso VIII do artigo 14 da Portaria GM / MS Nº 888 de 24 de maio de 2021 que altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação Nº 5 de 28 de setembro de 2017 do Ministério da Saúde

Os laudos com os referidos testes referidos no item 4 devem estar de acordo ou mais restritivos que a portaria vigente do Ministério da Saúde, NBR 15007/1/2/3 e NBR 15784. Os laudos que comprovem que o produto está de acordo com as normas ABNT NBR 15007/1/2/3 e NBR 15784 deverão ser apresentados junto com a proposta

15.2 Para Habilitação:

Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Química (CRQ), vigente

No mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter a empresa licitante fornecido materiais compatíveis com características semelhantes ao objeto desta licitação. O atestado, contendo a identificação do signatário, deve ser apresentado em papel timbrado da pessoa jurídica e deve indicar os materiais e os prazos das atividades executadas ou em execução pela licitante.

1. Deverá conter no atestado a especificação do objeto fornecido e este deverá está dentro do limite da especificação do item 4 do termo de referência, comprovando a capacidade de atender tecnicamente os anseios da CESAMA
2. No atestado deverá ter a comprovação de fornecimento de no mínimo 45% do volume licitado, especificado na tabela do item 5 do termo de referência, comprovando a capacidade logística do fornecedor

16 **EXIGENCIAS PARA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO- FINANCEIRO**

Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante

**17. DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1 As possíveis e eventuais aquisições não estabelecem qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a CESAMA e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pela Contratada para a execução do objeto contratual, sendo a Contratada a única responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

17.2 A CESAMA e a Contratada poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, nos termos do artigo 81, inciso VI, da Lei n. 13.303/16, por novo pacto precedido de cálculo ou de demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

17.3 A CESAMA reserva para si o direito de não aceitar nem receber qualquer produto em desacordo com o previsto neste Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto noManual de Convênios e de Gestão e Fiscalização de Contratos, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama (RILC), assim como aplicar o disposto no inciso VI do artigo 29 da Lei nº 13.303/16, sem prejuízo das sanções previstas.

17.4 Qualquer tolerância por parte da CESAMA, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela Contratada, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a CESAMA exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

17.5 A Contratada, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou quaisquer encarregados, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, de forma direta ou indireta, à CESAMA, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se à CESAMA o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

17.6 A Contratada guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações ou documentos fornecidos pela CESAMA ou obtidos em razão da execução do objeto contratual, sendo vedadas todas ou quaisquer reproduções dos mesmos, durante a vigência do ajuste e mesmo após o seu término.

17.7 Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela fornecedora durante a execução do objeto da Ata de Registro de Preços serão de exclusiva propriedade da CESAMA, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização da CESAMA, sob pena de responsabilização administrativa, civil ou criminal, nos termos da legislação.

17.8 A contratação será formalizada mediante emissão de Ordem de Compra e/ou Serviço ou outro instrumento contratual, nos termos do art. 80, do RILC.

17.9 Aplica-se a esta contratação a Lei Federal 13.303 de 30 de junho de 2016, e alterações posteriores, inclusive aos casos omissos, bem como a Lei nº 12.846 – Anticorrupção, a Política Anticorrupção, o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, o Código de Ética da CESAMA, e a legislação municipal civil e ambiental aplicáveis ao objeto da contratação como também, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018.

17.9.1. Toda e qualquer atividade de tratamento de dados deve atender às finalidades e limites previstos na contratação e estar em conformidade com a legislação aplicável, principalmente, mas não se limitando à Lei 13.709/18 ("Lei Geral de Proteção de Dados" ou "LGPD").

17.10 A CESAMA, constituída na forma de empresa pública, não é contribuinte do ICMS, observando, portanto, o regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS – SEFAZ/MG), em seu Anexo IX, Capítulo XXXVI, que dispõe:

*Art. 304-A. Na hipótese de operação tendo como destinatário pessoa não contribuinte do imposto, a mercadoria poderá ser entregue neste Estado em local diverso do endereço do destinatário, desde que no campo “Informações complementares” da nota fiscal constem a expressão “Entrega por ordem do destinatário” e o endereço do local de entrega*.

Lucas Tadeu Oliveira Fernandes   
DEPA

Autorizado/Aprovado por

Paulo Afonso Valverde Júnior   
GEOP

Márcio Augusto Pessoa Azevedo

DRTO